

## A NATUREZA DO JUÍZO DE MOORE: UM ZURÜCK ZU KANT INGLÊS?\*

## THE NATURE OF MOORE'S JUDGEMENT: AN ZURUCK ZU ENGLISH KANT?

MARCOS AMATUCCI\*\*

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, BRASIL

**Resumo:** O artigo de Moore para a *Mind* de 1898 marca o rompimento deste e futuramente de Russell com o idealismo. Para fazer isso Moore tem que criticar uma interpretação de Kant oriunda do idealismo alemão e abraçada por Bradley. Tanto para Moore quanto para Russell, para saltar do idealismo para o realismo, rompendo com Bradley e com a versão inglesa do hegelianismo, é necessário reconstruir uma base de fundamentação filosófica para substituir a lógica idealista; e fazem isto reconstruindo a epistemologia de Kant. Em particular para Russell, isto significa substituir as intuições puras de espaço e tempo por elementos lógicos na fundamentação da Matemática e na compreensão do infinito. Este artigo analisa a crítica e a reinterpretação realista que Moore faz a Kant, ao romper com o neo-hegelianismo, e compara este movimento ao *Zurück zu Kant*, em que os filósofos alemães do Século XIX rompem com o idealismo alemão para retomar a filosofia como crítica da ciência como era em Kant.

**Palavras-chave:** Kant; Moore; Bradley; Russell; Filosofia Analítica; Realismo; Idealismo.

**Abstract:** Moore's 1898 article for *Mind* is a milestone of his, and in the future Russell's, rupture with idealism. In order to provide this rupture Moore has to criticize a Kant's interpretation originated in German Idealism and adopted by Bradley. For Moore as well as for Russell, the passing from idealism to realism, and breaking laces with Bradley's ideas and the English Hegelianism, it is necessary to reconstruct a philosophical base to substitute idealist Logic. They do this through a reconstruction of Kant's epistemology. For Russell in particular it means substituting pure intuitions of space and time by Logical elements in the foundations of Mathematics and in the understanding of the infinity. Our paper analyses the critics and the realist reinterpretation that Moore makes to Kant, in the rupture with the neo-Hegelianism, and we compare this movement to the "*Zurück zu Kant*", neo-Kantian movement in which German philosophers of the 19<sup>th</sup> Century make the same rupture to resume Philosophy as a critical view of Science, as it was in Kant.

**Keywords:** Kant; Moore; Bradley; Russell; Analytical Philosophy; Realism; Idealism.

\* Artigo recebido em 06/12/2016 e aprovado para publicação pelo Conselho Editorial em 17/06/2017.

\*\* Doutor em Administração pela Universidade de São Paulo, Brasil. Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2538668989160393>. E-mail: [marcosamatucci@gmail.com](mailto:marcosamatucci@gmail.com).

## 1. Introdução

O artigo de Moore para a *Mind* de 1898 [1] marca o rompimento deste e futuramente de Russell com o idealismo. Para fazer isso Moore tem que criticar uma interpretação de Kant oriunda do idealismo alemão e abraçada por Bradley.

Segundo Hylton, o idealismo inglês era “*suficientemente atraente e plausível*” [2] (p. 106) para abrigar indefinidamente Russell e Moore em suas fileiras. Hylton argumenta ainda que os argumentos de Moore, aqui e em *A Refutação do Idealismo*, não constituem uma refutação definitiva ao idealismo; vozes idealistas ergueram-se em retorno a cada argumento dos revoltosos.

O ponto, segundo ele, é que a revolta deveu-se mais às falhas do idealismo em oferecer objetividade à Lógica, contra os argumentos psicologistas, do que em argumentos consistentes de Moore.

Não obstante, a discussão antipsicologista e a denúncia da ambiguidade de Bradley perante esta questão está presente no artigo de 1898. Parece claro que a disposição de Bradley é fornecer objetividade à proposição<sup>1</sup>, contra o psicologismo; a crítica que Moore faz é que Bradley falha no intento.

Agora, ao argumento do Mr. Bradley de que “a ideia no juízo é o significado universal” eu não tenho nada a acrescentar. Parece-me conclusiva, como contra aqueles, dos quais têm havido um número excessivo, que têm tratado a ideia como um fato mental. Mas ele me parece infectado pelo mesmo erro que eles, tanto em sua falência preliminar em distinguir claramente se é do símbolo ou do simbolizado que ele está falando, quanto em sua descrição final da “ideia, como significado”, quando ele já decidiu definitivamente em seu favor.[1] (p. 177).

O que Hylton nos está dizendo é que esta falha em romper com o psicologismo não é pessoal de Bradley, mas oriunda das limitações do idealismo inglês.

Tanto para Moore quanto para Russell, para saltar do idealismo para o realismo, rompendo com Bradley e com a versão inglesa do hegelianismo, é necessário reconstruir uma base de fundamentação filosófica para substituir a lógica idealista; e fazem isto reconstruindo a epistemologia de Kant. Em particular para Russell, isto significa substituir as intuições puras

---

<sup>1</sup> Estou usando os termos *proposição* e *juízo* de maneira indistinta; Moore utiliza *juízo* enquanto critica Bradley; em seguida introduz e define o termo *proposição*; e depois volta a *juízo* quando fala de Kant; mas em geral Moore também utiliza os dois termos indistintamente.

de espaço e tempo por elementos lógicos na fundamentação da Matemática e na compreensão do infinito.

Na verdade, como veremos, o processo de análise crítica e síntese reconstrutiva do transcendentalismo kantiano, com o fito de oferecer uma alternativa ao hegelianismo, é um “Zurück zu Kant” [3] inglês.

Russell assinala em MPD [4] que este artigo marcou sua virada realista:

It was towards the end of 1898 that Moore and I rebelled against both Kant and Hegel. Moore led the way, but I followed closely in his footsteps. I think that the first published account of the new philosophy was Moore's article in *Mind* on 'The Nature of Judgement'. MPD, p. 54.

O objetivo deste trabalho é explicar a análise crítica e o processo de síntese reconstrutiva que Moore faz de Kant, no artigo em tela.

### Brevíssima incursão na Crítica da Razão Pura

Na CRP, Kant questiona como são possíveis a Física e a Matemática como ciências, e se é possível a Metafísica como ciência [5]. A pergunta só faz sentido se entendermos que na visão clássica de ciência de Kant, esta é baseada em juízos universais e necessários. Se a Física e a matemática forem realmente ciências, é necessário estabelecer-se a fonte da necessidade e universalidade de seus juízos. Kant sintetiza, portanto, essas perguntas numa outra mais geral, “como são possíveis os juízos sintéticos a priori?”

Kant divide o conhecimento em empírico e a priori. O primeiro é fundado na experiência sensível, e esta não pode dar à luz um conhecimento universal e necessário. A experiência só pode justificar juízos individuais: é o problema da indução. Só conhecimento a priori tem a característica universal exigida pela ciência clássica, e sua fundamentação independe da experiência.

Até Kant, o conhecimento empírico era identificado com o sintético, ou informativo: proposições ou juízos sintéticos relacionam conceitos originalmente disjuntos. Os juízos a priori eram identificados com os analíticos, que são aqueles em que o predicado guarda uma relação de parte com o sujeito, e cuja negação implica em contradição. Portanto, o conhecimento universal e necessário a priori é justificado pela lei da contradição somente.

A ideia de juízos sintéticos a priori é condição da justificação da Física e da Matemática – e de uma parte da Metafísica, a parte que pode ser objeto de estudo científico – a Metafísica Geral ou Ontologia. Isto porque para Kant as proposições da Física e da Matemática são sintéticas, pois são informativas.

Por exemplo, na Matemática, o número 12 não pode ser deduzido dos conceitos de três, de cinco ou de adição (não está “contido” neles). Então, se os juízos da Matemática são sintéticos, é necessário justificar sua necessidade universal. Por outro lado, são a priori, pois sua justificação não depende de experiência.

Entretanto, fica o problema: se os juízos da Física e da Matemática não são analíticos, não podem ser justificados pelo princípio da não-contradição somente; e, se não são empíricos, não podem ser justificados pela experiência. De onde provém a legitimidade de tais juízos?

Os juízos sintéticos empíricos necessitam de verificação empírica, os juízos sintéticos a priori também necessitarão de uma fonte de verificação, mas de outro tipo; não será empírica, mas “pura”.

A verificação dos juízos sintéticos empíricos dá-se através da faculdade de intuição sensível. No caso dos juízos sintéticos a priori, a verificação se dá pela faculdade de intuição pura. Esta é a forma que possibilita a intuição sensível.

As intuições sensíveis ocorrem no espaço e no tempo. Espaço e tempo, para Kant são as formas a priori de toda a experiência sensível. O espaço é a forma de nosso sentido exterior, e o tempo de nosso sentido interior: percebemos os objetos exteriores a nós como situados no espaço através nossa intuição pura de espaço; e os objetos internos como situados no tempo, que nos é dado pela nossa intuição pura de tempo.

Assim, a apoditicidade dos juízos sintéticos a priori é justificada por Kant através de sua estética transcendental: a verificação de juízos sintéticos a priori é possível porque temos intuições puras de espaço e tempo. A geometria pode ser verificada pela intuição pura de espaço, e a aritmética pela intuição pura de tempo.

## **2. A Natureza do Juízo**

Vamos dividir A Natureza do Juízo em três partes: uma primeira parte critica Bradley; a segunda parte explica a teoria da proposição realista de Moore; e a terceira parte critica

Kant, comparando sua própria teoria da proposição com a do alemão. Passaremos rapidamente pela primeira e pela segunda para determo-nos sobre a terceira.

### A crítica a Bradley

Moore inicia criticando *The Principles of Logic* [6] (o qual denomina simplesmente “*Logic*”) de Bradley, no primeiro capítulo (*The General Nature of Judgement*), em que este discute a natureza do juízo, de onde aparentemente Moore tirou o título de seu próprio artigo.

A argumentação de Moore contra a Lógica de Bradley tem duas partes, uma com respeito ao conceito de ideia, sua função na proposição e sua relação com o pensamento; a outra parte é com relação à proposição ela mesma.

Neste trecho o raciocínio de Moore é apontar a ambiguidade na maneira de Bradley em objetivar a proposição, ao tentar salvá-la do psicologismo. Segundo Moore, falha neste intento. A ambiguidade mostra-se no conceito de *ideia* de Bradley, e sua relação com o processo de pensamento. A ideia é, para Bradley, um fato mental, mas a Lógica não o usa como tal, mas como signo de algo que está além dele. É um símbolo, porém mais além afirma que deve ser tratada como se fosse o próprio significado.

Mas o próprio Mr. Bradley não permanece fiel a esta concepção da ideia lógica como a ideia de algo. Como tal, de fato, ela é apenas a ideia psicológica, relacionada, de fato, àquilo que ela significa. Portanto, ele acha necessário, mais tarde, utilizar “ideia”, não como símbolo [symbol] mas com o simbolizado. Ideias, como significados, não como “fatos, os quais possuem significados”, “são”, diz ele (p. 8) “as ideias de que falamos, quando dizemos, ‘sem ideias não há juízo’”. E ele faz mostrar que “na predicação nós não utilizamos o fato mental, mas apenas o significado”; embora, onde ele afirma “sem ideias não há juízo”, suas palavras foram “não podemos julgar até que usemos as ideias como ideias. Devemos nos tornar conscientes de que elas não são realidades, que elas são meras ideias, signos de uma existência outra que delas mesmas.” Pareceria claro, então, que lá sua doutrina era que nós sim, na predicação, utilizamos o fato mental, mesmo como signo, mas apenas aquilo que ele significa. Ele passa por cima desta importante transição com a frase: “Mas é melhor dizer que a ideia é o significado.” A questão certamente não é sobre o que é “melhor dizer”, mas sobre o que é verdadeiro. [1] (p. 176)2.

---

<sup>2</sup> Aqui e em todas as citações literais a tradução é nossa.

E significado para Bradley é uma “*parte do conteúdo*” de nossas ideias, “*recortado e fixado pela mente*”. Moore questiona como podem as ideias serem significados universais na proposição, se são recortes de conteúdos de nossas ideias, produzidos pela mente.

A estrutura do argumento de Moore é negar por absurdo. De acordo com a análise de Speaks [7]:

1. Para pensar sobre um conteúdo, eu tenho primeiro que saber sobre o que aquele conteúdo é.
2. Mas o conteúdo é uma abstração do ato de pensar.
3. Portanto, para pensar, eu tenho que saber algo antes do ato de pensar. (1,2)
4. Portanto, para cada ato de pensamento, deve existir um ato anterior de pensamento. (3)
- C. Para que um ato de pensamento ocorra, devem haver infinitos outros atos de pensamento antes dele. [7] (p. 3)

A premissa que Moore rejeita é a 2. – de que as ideias universais sejam abstrações do processo de pensamento.

Na segunda parte da argumentação Moore questiona a forma com que Bradley descreve a síntese dos conceitos da proposição: para este, ao fazermos um juízo unimos a parte comum de duas ideias numa terceira ideia. A forma do argumento, ainda conforme a analisada por Speaks, é a seguinte:

1. Dois pensamentos podem ter uma parte de seus conteúdos em comum.
2. Ou o compartilhamento dos conteúdos é explicado por um ato de pensamento ou é um fato sobre a relação entre os objetos de pensamento, os quais são independentes dos atos de pensamento.
3. Se o compartilhamento é constituído por um ato de pensamento, então ou este ato de pensamento tem parte de seu conteúdo em comum com cada um dos dois primeiros ou não.
4. Se tiver, então o terceiro pensamento pressupõe e portanto não explica o compartilhamento de conteúdos.
5. Se ele não tem um conteúdo compartilhado com cada um dos dois primeiros então ele não pode explicar o compartilhamento de conteúdos entre os dois primeiros.
6. O compartilhamento de conteúdos de dois pensamentos não pode ser explicado por um ato de pensamento posterior. (3,4,5)
7. O compartilhamento de conteúdos entre dois pensamentos é um fato sobre a relação entre objetos de pensamento os quais são independentes do ato de pensar. (2,6)
- C. A natureza dos objetos de pensamento é independente dos atos de pensamento. (7)[7] (p. 4).

Moore conclui que há uma distinção entre atos de pensamento e seus objetos, os quais denomina *conceitos*, e que são independentes daqueles. Passa a então a explicitar sua filosofia da proposição.

### 3. A teoria da proposição de Moore

Moore introduz nesta segunda parte tanto o termo quanto sua teoria de *proposição*.

A proposição é composta não de palavras, nem ainda de pensamentos, mas de conceitos. Conceitos são possíveis objetos de pensamento; mas isto não é a sua definição. Isto meramente afirma que eles podem entrar em relação seu pensador; e de maneira que eles possam fazer algo, eles necessitam antes ser algo. É indiferente à natureza deles se alguém pensa neles ou não. Eles são incapazes de mudar; e a relação na qual entram com o sujeito de conhecimento não implica em ação ou reação. É uma relação única a qual pode iniciar-se ou cessar com uma mudança no sujeito; mas o conceito não é nem causa nem efeito de tal mudança. [1] (p. 179).

A proposição é composta de conceitos e estes independem do pensador; sua existência não depende sequer de que se pensem neles: são objetivos e imutáveis. A proposição é um possível objeto de pensamento. A diferença entre a proposição e o conceito não é sua complexidade, mas o fato dela possuir a propriedade de ser verdadeira ou falsa.

Se a correspondência com a realidade fosse o critério de verdade, tal seria também satisfeito pelos conceitos. Além disso, exemplifica, proposições matemáticas como  $2+2=4$  seriam verdadeiras mesmo que duas coisas não existissem. Argumenta que a própria existência é um conceito; e uma proposição que afirme que algo exista estabelece uma relação entre o conceito deste algo com o conceito de existência. Portanto a verdade é um tipo de relação entre conceitos. O apelo aos fatos como critério de verdade incorre em (outro) círculo vicioso, pois a relação da proposição com os fatos só pode ser expressa por meio de outra proposição, a qual por sua vez deve ser verdadeira.

A única saída para esta teoria é declarar a verdade como conceito simples e primitivo, anterior à proposição. O argumento final de Moore a este respeito é o de que, se a afirmação de que “algo é verdadeiro” depende da afirmação “algo existe”, então recaímos no círculo vicioso, pois a segunda proposição deve ser verdadeira e portanto depende da primeira.

Moore prossegue concluindo que o mundo deve ser considerado como constituído de conceitos, que são os únicos objetos de conhecimento:

Parece necessário, então, considerar o mundo como formado por conceitos. Estes são os últimos objetos de conhecimento. Eles não podem ser considerados fundamentalmente como abstrações seja de coisas ou de ideias; uma vez que ambos da mesma forma podem, se algo é para ser verdadeiro deles, ser composto de nada além de conceitos. Uma coisa torna-se inteligível primeiro quando é analisado em seus conceitos constituintes. A diversidade material das coisas, a qual é geralmente tomada como ponto de partida, é apenas derivada; e a identidade do conceito, em várias coisas diferentes, a qual aparece naquele pressuposto como o problema da filosofia, irá agora, se tomado ao invés como o ponto de partida, tornar fácil a derivação. [1] (p. 182).

Portanto, a crítica realista de Moore ao idealismo de Bradley leva a uma teoria da proposição cuja noção de verdade não pode contar com a correspondência como critério de verdade, e salta para o campo da epistemologia. Os conceitos são tudo o que podemos conhecer sobre o mundo, e o critério de verdade, primitivo, acomoda relações entre entidades epistemológicas. Moore reconhece Kant em sua própria teoria, tratando não obstante de marcar as diferenças imediatamente:

Será aparente o quanto esta teoria tem em comum com a teoria da percepção de Kant. Ela difere principalmente por substituir as sensações, como dados de conhecimento, por conceitos, e pela recusa em considerar as relações que elas mantem como, nalgum sentido obscuro, um trabalho da mente. [1] (p. 183).

E este é o gancho para passar à crítica a Kant.

## 1. A crítica a Kant

Moore não pode prescindir totalmente de Kant – se é que alguém pode. Afirma que, apesar de abdicar da unidade de concepção do idealismo, mas mantém o transcendentalismo.

Mas é importante salientar que ela retém a doutrina do transcendentalismo. Pois o transcendentalismo de Kant repousa na distinção entre proposições empíricas e a priori. Esta é uma distinção que oferece uma correspondência notável àquela entre os juízos categóricos e hipotéticos, e, uma vez que um dos objetivos deste artigo é combater a visão que se inclina a tomar o juízo categórico como a forma típica, e tenta consequentemente reduzir a ele os juízos hipotéticos, não será fora de propósito dispender de algum tempo discutindo a distinção de Kant.[1] (p. 184).

A crítica a Kant tem a seguinte estrutura lógica, segundo nossa análise:



1. Moore afirma que Kant estabelece dois critérios para distinguir um juízo a priori de um juízo empírico:
  - a. Uma proposição é a priori quando é pensada juntamente com sua necessidade; e
  - b. Uma proposição é a priori quando é estritamente universal.
2. Discute a objeção do próprio Kant com relação ao critério da universalidade:
  - a. Proposições empíricas podem ser universais, como “Todo corpo é pesado.”
  - b. O fato da proposição “Todo corpo é pesado” poder ser falsa, ou o fato de que na verdade corresponde a uma afirmação do tipo “todas as observações até o momento não revelaram exceção a...”, ou ainda mesmo que não tenhamos o *direito* de afirmar sua universalidade, ainda assim a proposição afirma sua universalidade.
  - c. A diferença entre o juízo empírico e o a priori não pode portanto estar na universalidade. Resta verificar o critério da necessidade.
3. Para investigar o critério da necessidade, Moore toma o mesmo exemplo de “Todos os corpos são pesados”.
  - a. Moore argumenta que Kant não trata a proposição como empírica. Seus argumentos são:
    - i. A afirmação de Kant de que a proposição é “uma regra emprestada da experiência”;
    - ii. O uso indiferente que Kant faz da proposição com e sem o quantificador, isto é, Kant às vezes diz “Corpos são pesados”, como quem diz “homem é mortal”;
    - iii. De i. e ii., Kant não trata a proposição no sentido extensional; isto é, se fosse extensional não poderia ser uma regra ( $\neg$ i.); e se fosse extensional o quantificador discriminaria as duas formas da proposição ( $\neg$ ii.).
  - b. Esta discussão, conclui, fornece elementos à verdadeira definição de proposições empíricas.
4. Moore examina o caso de tratar-se a proposição de maneira extensional ( $\neg$ 3.a). Neste caso, argumenta:

- a. “Todos os corpos são pesados” implica “Este corpo é pesado”, “Aquele corpo é pesado”, “Aquele outro corpo é pesado”, e assim *ad infinitum*.
  - b. As afirmações individuais são categóricas e implicam a afirmação de uma propriedade de uma substância:
    - i. Quando um predicado é dito sobre um sujeito, esse sujeito é uma *coisa* e o predicado é um seu atributo;
    - ii. “Este corpo é pesado” pressupõe que “este corpo” seja uma coisa e “é pesado” seja um atributo da coisa;
    - iii. “Corpo é uma coisa” e “Pesado é um atributo” são proposições necessárias (“*são pensados junto com sua necessidade*”);
  - c. Estas afirmações são tão necessárias quanto  $2+2=4$ :
    - i. A diferença entre as proposições em a. e b. e esta não repousa na falta de necessidade das primeiras;
    - ii. Não repousa no fato de “peso” existir, pois aquelas proposições seriam verdadeiras mesmo que “peso” não existisse;
  - d. Aquelas proposições implicam que “peso” não pode ser outra coisa senão um atributo – e portanto, conclui, a afirmação não é empírica pelos critérios kantianos.
  - e. A única diferença entre as proposições em a. e b. e a proposição em c. é seu status ontológico. “Peso” existe aqui e agora, enquanto que “atributo”, “2” etc. têm um status de existência “*mais precário*” (*sic*).
5. Conclui que o critério de empírico não pode se apoiar nas características da proposição, mas sim nas dos conceitos que a compõem:
- a. As únicas proposições não-necessárias segundo o critério da natureza da proposição, são as puramente existenciais, que não envolvem substância-predicado;
  - b. Só as proposições existenciais seriam verdadeiramente empíricas, se estas devem obedecer à regra de que (cita Kant) “*experiência não pode nos ensinar que uma coisa não pode ser de outra maneira*”;
  - c. Para obter-se uma clara definição daquilo que Kant se referia por proposição empírica, devemos repousar o critério sobre os *conceitos* que entram na proposição.

Moore então define *Conceitos empíricos* como sendo aqueles que existem em parte do tempo (isto é, aqueles que não “sempre foram” e nem “sempre serão”, mas são apenas agora); e redefine (“clarifica”) a definição de proposição empírica em função de seus conceitos componentes: “*E qualquer proposição na qual um conceito empírico entra pode ser chamado de empírica.*” [1] (p. 187).

6. Analisa que o motivo pelo qual Kant julga a proposição “Todos os corpos são pesados” como empírica e não necessária é devido a um desvio psicologista<sup>3</sup>. [p. 187]
  - a. Na Analítica, Kant concebe juízos como este como envolvendo “*síntese da multiplicidade da intuição sensível, a qual é ‘necessária a priori’*”;
  - b. A síntese é necessária, para Kant, para trazer “*meras percepções*” para a “*unidade de apercepção*”;
  - c. Kant introduz o sentido interior como mediador da síntese da multiplicidade:
    - i. Kant parte do juízo subjetivo “*quando eu carrego um corpo eu sinto a impressão de peso*” como base do empirismo do juízo “*todos os corpos são pesados*”;
    - ii. Kant descreve o juízo como conversor de uma conexão psíquica em uma conexão objetiva;
    - iii. Kant faz isto ao invés de aplicar a categoria diretamente sobre a multiplicidade, evitando o concurso da subjetividade.
  - d. Moore afirma que o juízo subjetivo já envolve a categoria “em questão” (predicativa): uma afirmação sobre sentimentos é tão objetiva quanto uma que considera algo no espaço.
  - e. Com esta definição de Kant fica claro por que “*corpo é pesado*” é uma afirmação empírica.
    - i. Enquanto que a ausência de necessidade não explicaria;
    - ii. Pois esta proposição envolve uma relação necessária entre “*peso*” e “*corporeidade*”.
7. Tendo redefinido o significado de proposição empírica, Moore volta a discutir a relação entre a proposição empírica e a necessidade:

<sup>3</sup> Moore não usa o termo “psicologista” em *A Natureza do Juízo*; o termo é de nossa interpretação e responsabilidade.

- a. Se encontrássemos um corpo não-pesado, a proposição seria falsa, mas estaríamos autorizados a afirmar a necessidade de sua negação;
  - i. Tal qual vale para  $2+2=4$ ;
  - ii. Se hoje é inconcebível que i. seja de outra maneira, um dia pode não ter sido (inconcebível);
  - iii. Experiência deve ter sido o meio para prover a convicção;
  - iv. Portanto, a necessidade da proposição não é questionada pelo fato de que sua verdade ou falsidade tenha sido uma “descoberta” empírica.
- b. O teste da necessidade é a perenidade de seu valor-verdade.
  - i. A proposição pode ser verdadeira ou falsa, mas eternamente assim;
  - ii. Não pode ser verdadeira agora e falsa em outro momento;
  - iii. Deixamos a experiência nos dizer qual combinação de conceitos vai fazer nossa proposição absolutamente necessária.
8. Conclui da análise que a única distinção entre *a priori* e *a posteriori* e entre necessário e empírico é a existência dos conceitos componentes da proposição em *parte do tempo* em contraposição a “*cortados da existência*” (isto é, fora do tempo).
  - a. Kant de fato inclui entre as proposições empíricas aquelas que incluem um conceito empírico:
    - i. Um conceito empírico e um *a priori*; ou
    - ii. Dois conceitos empíricos.
  - b. Ambos os tipos (i. e ii.) não se caracterizam pela ausência dos pontos distintivos dos juízos *a priori*:
    - i. São universais e necessários.
  - c. A linha divisória deve recair portanto entre proposições que envolvem algum conceito empírico e proposições que não envolvem nenhum.
  - d. E “conceito empírico” deve ser definido como aquele que pode existir uma parte do tempo real.

Esta divisão é necessária para poder incluir todos os vários tipos de proposição que Kant inclui sob o termo empírico, muitos das quais envolvem conceitos *a priori*. Se a divisão fosse baseada na natureza das proposições, como tais, como Kant pretende baseá-las, vimos que somente as proposições existenciais puras poderiam ser pensadas como tendo o direito [have a claim] a formar uma classe própria, como proposições empíricas. Estas de fato obviamente formam a base de outra

divisão; pois um conceito simples não pode ser conhecido como um que pudesse existir no tempo, exceto com base no fato de que ele existiu dessa maneira, está existindo, ou virá a existir. [1] (p. 189).

9. Argumenta finalmente sobre o tipo especial de proposição existencial:
  - a. Estas também têm o distintivo de aprioridade kantiana, e necessitam portanto do critério de existência durante parte do tempo como critério derradeiro.
  - b. Exemplifica com “vermelho existe”
    - i. O conceito de vermelho e o conceito de existência mantêm uma relação entre si e com o conceito (*sic*) de tempo;
    - ii. “Vermelho existe” agora implica sempre ter existido e sempre existir no futuro.
    - iii. Portanto é uma proposição necessária e sua contradição tem a mesma natureza de contradizer  $2+2=4$ .
  - c. Logo, a existência de conceitos em parte do tempo é que caracterizará a proposição existencial empírica.
10. Termina sua argumentação arrolando as teorias de Kant que permanecem importantes na Filosofia, ao lado de outras que devem ser abandonadas. Esta é a síntese reconstrutiva que justifica toda a análise crítica anterior.
  - a. A distinção entre empírico e a priori retém seu peso na discussão com filósofos que sustentam discussão análoga com relação ao conhecimento sensível;
  - b. A Dedução Transcendental mantém uma resposta “definitiva” contra o ceticismo (e contra o empirismo em geral);
    - i. Mesmo apesar da DT não poder mais reclamar referências a existentes para as proposições constituírem “conhecimento”;
    - ii. Ao invés disso, deve-se reconhecer que a verdade de tais proposições deve reclamar certeza *imediate*.
  - c. Kant mostra que espaço, tempo e as categorias estão envolvidos em proposições particulares.
  - d. A distinção kantiana de espaço e tempo das categorias continua válida:

- i. Por exemplo, o tempo sozinho é suficiente para possibilitar proposições existenciais simples como “prazer existe”.
  - ii. Espaço e tempo serão suficientes para possibilitar outros tipos de proposições, sem as categorias.
- e. Por outro lado não se pode mais justificar as verdades da geometria e da matemática a partir de espaço e tempo<sup>4</sup>:
- i. Pois tanto as proposições verdadeiras quanto as falsas envolvem espaço e tempo.
  - ii. Devemos considerar as verdades da geometria independentemente verdadeiras, da mesma forma que certas proposições existenciais (isto é, tais proposições são, sempre foram e sempre serão – inclusive se falsas).
- f. Da mesma forma proposições envolvendo substância e atributo.
- i. A permanência da substância é certa;
  - ii. Mas a verdade das proposições deve ser determinada de forma independente;
  - iii. Pois ela está igualmente envolvida em proposições falsas.

Finalmente conclui Moore:

Nossa conclusão então é a seguinte: que um juízo é universalmente uma combinação necessária de conceitos, igualmente necessária quer seja verdadeiro ou falso. Que ele deve ser ou verdadeiro ou falso, mas que sua verdade ou falsidade não pode depender de sua relação com qualquer outra coisa que seja, realidade, por exemplo, ou o mundo no espaço e no tempo. Pois estes ambos devem ser supostos existir, em algum sentido, se for para a verdade de nosso juízo depender deles; e então acaba que a verdade de nosso juízo não depende deles, mas do juízo que eles, sendo assim e assim, existem. Mas este juízo não pode, por sua vez, depender de nenhuma outra coisa, para sua verdade ou falsidade: sua verdade ou falsidade devem ser propriedades imediatas próprias e não dependerem de nenhuma relação que ele possa ter com outra coisa. E, se isto é assim, nós teremos removido todas as razões para a suposição que a verdade ou falsidade de outros juízos não sejam igualmente independentes. (...). De nossa descrição de um juízo, devem então, desaparecer todas as referências à nossa mente ou ao mundo. Nenhum destes pode fornecer “fundamento” para qualquer coisa, salvo na medida em que eles forem juízos complexos. A natureza do juízo é mais primitiva que ambos, e menos primitiva apenas que natureza de seus constituintes – a natureza do conceito ou da ideia lógica. [1] (p. 192-193).

---

<sup>4</sup> Independentemente de serem ou não considerados intuições puras.

#### 4. Conclusão

Como dissemos na Introdução, o salto do idealismo para o realismo coloca a necessidade da reconstrução de uma base de fundamentação filosófica para substituir o idealismo. Mas esta base ainda não está pronta em 1898. Kant reconstruído ainda é a melhor aposta. O recém-nascido realismo de Moore e Russell ainda necessitam do transcendentalismo kantiano.

A saída epistemológica na teoria da proposição e a necessidade de criticar Kant é a nosso ver um marco dessa transição. Em MPD Russell dirá:

Apesar de que nem ele nem eu aderiríamos hoje a todas as doutrinas deste artigo, eu, e penso, ele, ainda concordaríamos com sua parte negativa – i.e. com a doutrina que fato é em geral independente da experiência. [8] (p. 54).

Moore reconstrói sua teoria da proposição sobre o esqueleto do transcendentalismo kantiano, substituindo seus músculos ideais por músculos realistas platônicos – *conceitos*, de cuja natureza dependem a proposição, sua verdade como conceito primitivo, e sua característica apriorística ou empírica.

Neste sentido Moore realiza um *Zurück zu Kant*: volta-se ao que pode se apegar neste filósofo, de maneira crítica e reconstrutiva, para contrapor-se ao hegelianismo inglês, tal como Otto Liebmann e Adolf Trendelenburg fizeram algumas décadas antes com o idealismo alemão [3].

Também se pode afirmar que Moore se utiliza de método analítico similar ao que tornou-se famoso em Russell: realizar uma análise crítica “para trás” e depois um processo de síntese reconstrutiva, chegando a uma nova posição [9].

## Referências bibliográficas

- G. E. Moore, "III.—THE NATURE OF JUDGMENT," *Mind*, vol. 8, no. 2, pp. 176–193, 1899.
- P. Hylton, *Russell, idealism, and the emergence of analytic philosophy*. Oxford: Clarendon Press / Oxford University Press, 1990.
- M. A. G. Porta, "Zurück zu Kant," *DoisPontos*, vol. 2, no. 2, 2005.
- B. Russell, *My philosophical development*. Psychology Press, 1995.
- I. Kant, "Crítica da Razão Pura, tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão," *Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian*, 1989.
- F. H. Bradley, *The principles of logic*. GE Stechert, 1883.
- J. Speaks, "Moore and the 'new philosophy,'" University of Notre Dame, South Bend, Indiana, PHIL 43904, 2007.
- B. Russell, *My philosophical development*. Psychology Press, 1995.
- P. Hager, "Russell's Method of Analysis," in *The Cambridge Companion to Bertrand Russell*, Cambridge., N. Griffin, Ed. Cambridge England: Cambridge University Press, 2003, p. 310.

---

Universidade Católica de Petrópolis  
Centro de Teologia e Humanidades  
Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – Petrópolis  
Tel: (24) 2244-4000  
[synesis@ucp.br](mailto:synesis@ucp.br)  
<http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis>



AMATUCCI, Marcos. A NATUREZA DO JUÍZO DE MOORE: UM ZURÜCK ZU KANT INGLÊS?. *Synesis*, v. 9, n. 1, jan/jul. 2017. ISSN 1984-6754. Disponível em: <http://seer.ucp.br/seer/index.php?journal=synesis&page=article&op=view&path%5B%5D=1256>

---